

Mercado está mais cauteloso com projeções para 2º semestre, diz Alex Agostini

Defende presidente com postura reformista

Acredita que BC manterá Selic em 6,5% a.a.



Alex Agostini avalia que eventuais frustrações em leilões e privatizações já estão precificadas no mercado

MARLLA SABINO

07.jul.2018 (sábado) - 4h30

Para o **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**, o mercado está mais cauteloso sobre as projeções para a atividade econômica nos próximos meses.

Em entrevista ao **Poder360**, o economista apontou que os resultados de indicadores econômicos, a paralisação dos caminhoneiros e as mudanças no cenário internacional nos primeiros 6 meses do ano “*geraram grande preocupação*”.

Para ele, a retomada nos próximos meses será gradativa, mas longe do que era projetado para o período no início do ano. *“Esses acontecimentos fizeram com que o mercado revisse as expectativas de crescimento.”*

As frustrações motivaram, inclusive, o Banco Central, autoridade monetária do país, a revisar a expectativa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2018 de 2,6% para 1,6%.

Segundo Agostini, o cenário atual ainda é contaminado pela indefinição das propostas dos pré-candidatos e pelas dificuldades que o governo Temer enfrenta em prosseguir com os projetos de concessões e privatizações por posicionamentos do Poder Judiciário.

“Mesmo que algum leilão ou concessão agora sejam frustrados, não será de grande impacto nas expectativas. O mercado já está olhando para frente”, afirmou.

Leia trechos da entrevista:

A inflação, medida pelo IBGE, subiu 1,26% em junho, maior alta para o mês em 23 anos. Como isso vai influenciar os próximos meses?

É importante destacar que essa variação foi motivada pela paralisação da oferta de produtos. É 1 fator conjuntural. O Banco Central não decide medidas de política monetária analisando fatores como esse. É claro, avalia o aumento da inflação e como isso se transmite para as expectativas futuras. Só terá algum impacto se houver uma contaminação muito elevada e causar algum prejuízo para as expectativas de 2019. Todas as decisões de política monetária, daqui para frente, tem efeito em 2019. Tomar decisões olhando exclusivamente o resultado de junho é olhar no retrovisor e o Banco Central não faz isso.

Com a aceleração de junho, a inflação acumulada em 12 meses alcançou 4,39%. O índice, agora, não está mais abaixo do piso da meta do governo (4,5%). Isso é uma preocupação?

Chegar em 4,39% não significa que vai comprometer o centro da meta. Nós esperamos uma normalização do IPCA nos próximos meses, por conta da normalização da oferta de produtores. Esperamos que, a partir de julho, volte para algo entre 0,3% a 0,4%. Mantido esse cenário, projetamos inflação em 4,2% para 2018 e de 4,1% em 2019. Vamos ter que

acompanhar isso e avaliar. Há outros fatores também, como o aumento forte no preço da energia elétrica.

O Banco Central vai conseguir manter a taxa básica de juros, a Selic, em 6,5% ao ano?

Por enquanto, sim. A nossa expectativa é que a taxa de juros permaneça estável até fevereiro. Então, começará 1 processo de alta gradativa, já sinalizando o aperto monetário. A nossa projeção é que fechará em 8,5% ao ano em 2019. Por mais que a inflação esteja subindo agora, ainda precisamos analisar qual será o efeito do câmbio nos preços. O contraponto para o aumento da inflação é que ainda temos uma atividade econômica fraca, que não sustenta esse patamar alto de preços pelos próximos meses. As projeções de crescimento da atividade foram revisadas e ainda temos uma demanda contida. Essa expectativa limita o aumento progressivo dos preços. Nossa média de inflação para os meses do 2º semestre está entre 0,25% a 0,3%. Se a média ficar acima disso, vamos precisar rever nossa estimativa de inflação para o ano e isso vai afetar 2019. Então, haveria a possibilidade de alta de juros antes do previsto atualmente.

Alguns indicadores econômicos decepcionaram nos 6 primeiros meses do ano. O que aconteceu?

Houve um pouco de decepção em termos de recuperação econômica. Os indicadores que esperávamos virem mais robustos no 2º trimestre não aconteceram, por conta da paralisação dos caminhoneiros e da Copa do Mundo, que afetou a atividade de forma mais acentuada. Além disso, os investimentos na expectativa de concessões e privatizações foram paralisados por posicionamentos contrários no Judiciário. No Executivo, há uma discussão muito forte sobre a necessidade de equilíbrio fiscal. Adicionalmente, tivemos uma mudança de cenário internacional que não estava no radar. Essa guerra comercial criada por Donald Trump [*presidente dos EUA*] gerou certa preocupação dos investidores. Também não estava no radar 1 efeito tão forte da paralisação dos caminhoneiros. Esses acontecimentos fizeram com que o mercado revisse as expectativas de crescimento.

O que esperar da atividade econômica no 2º semestre?

Uma recuperação gradativa. Todos esses acontecimentos deixam preocupações para o 2º semestre. Inclusive, pela proximidade das eleições. Os pré-candidatos ainda não conseguiram expor de forma clara e evidente quais mecanismos serão utilizados e qual o plano econômico. A expectativa é que a retomada seja gradativa, longe daquilo que esperávamos de crescimento

para o 2º semestre no início do ano. Vai ser uma atividade econômica focada, basicamente, em exportações, que até estão sendo estimuladas pela valorização da moeda.

Quais devem ser as medidas prioritárias para o próximo governo?

A gente não tem espaço para candidatos que tenham posturas heterodoxas. O que se espera é que tenham candidatos reformistas, principalmente na questão fiscal. Focado, principalmente, na continuidade de uma política monetária e fiscal austera, para fomentar investimentos e geração de emprego e renda. Na situação do país e do cenário internacional, não dá para contar com candidatos com postura de ruptura. Quando há 1 discurso muito focado no populismo, sabemos que não vai funcionar. Essas medidas não terão o mesmo efeito como em 2010. Hoje a situação é muito mais grave. O problema fiscal compromete muito as perspectivas futuras de investimentos na economia.

O governo enfrenta dificuldades para realizar privatizações que estavam previstas como, por exemplo, o leilão das distribuidoras de energia da Eletrobras. Como o mercado vê isso?

Como o Judiciário decidiu que é necessário ouvir o Congresso para realizar processo de concessões e licitações, o mercado sabe que essa legislatura não está muito disposta em se expor para ajudar esse governo, que vem sendo questionado moralmente em diversas instâncias do Judiciário. Estamos muito próximo das eleições e é difícil que apoiem uma medida de privatização. Isso não deve interferir na perspectiva do mercado, justamente porque já está precificado que isso não deve acontecer. A grande expectativa é o dia seguinte ao candidato eleito. Sabendo quem será o próximo presidente, haverá uma cobrança pela divulgação da equipe econômica, mas também os planos para colocar a economia no eixo. É muito mais uma questão de não ter o que fazer, é esperar outubro. Mesmo que algum leilão ou concessão agora sejam frustrados, não será de grande impacto nas expectativas. O mercado já está olhando para frente.

Informações deste post foram publicadas antes pelo Drive, com exclusividade. A newsletter é produzida para assinantes pela equipe de jornalistas do Poder360.

Conheça mais o Drive [aqui](#) e saiba como receber com antecedência todas as principais informações do poder e da política.

Autores